

Projeto de Lei N º.... de

(Dep. Pompeo de Mattos)

Dispõe sobre as condições e a efetivação do trabalho dos presidiários do Sistema Penitenciário do país.

Art. 1º - Incumbirá ao Poder Público Federal, através do Poder Executivo, dispor normas e implementar estruturas físicas destinadas à efetivação de atividade laboral por parte dos internos do Sistemas Penitenciários Federal e Estaduais.

Parágrafo único – Para determinação da atividade pelos apenados, serão considerados:

I – nível de instrução;

II – formação profissional;

III – aptidões.

Art. 2º - Os Órgãos da administração direta ou indireta da União e os Estados adquirirão os bens ou produtos do trabalho prisional, na forma da Lei Federal nº 7.210.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder redução de impostos às empresas privadas que, através de convênios com os Estados, passem a fabricar, reparar ou prover a manutenção de bens do trabalho prisional, seja no interior do presídio ou em trabalho extramuros.

Art. 4º - O trabalho do preso será remunerado.

§ 1º - a remuneração líquida jamais poderá ser inferior a 1 (um) salário mínimo por mês de trabalho;

§ 2º - A carga horária e as condições de trabalho serão definidas na regulamentação da presente proposição.

Art. 5º - O trabalho do preso será certificado com um contracheque mensal onde constará:

I – salário bruto recebido;

II – salário líquido;

III – quantia depositada em caderneta de poupança;

IV – dias trabalhados;

V – dias de remissão.

Parágrafo único – Uma cópia do contracheque será enviado à Vara de Execuções Penais.

Art. 6º - As empresas privadas que empregarem egressos do sistema penitenciário terão assegurados, na forma da lei, os direitos de pontuação previstos no art. 3º desta lei.

Parágrafo único – Para fazer jus a estes direitos, o número de egressos deverá ser, no mínimo, correspondente a 5% do total de trabalhadores da empresa.

Art. 7º - Para garantir o direito constitucional à assistência familiar, fica o Poder Executivo autorizado a dispor de parcela da arrecadação obtida com o trabalho prisional para o traslado do egresso ao seu Estado de origem, ou àquele em que se encontrar sua família, bem como, durante o cumprimento da pena, o traslado para instituto prisional de melhor acesso à sua família; ainda que fora do âmbito do Estado.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em sessenta dias.

Art. 9º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º- Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A sociedade brasileira tem sido abalada constantemente com notícias de motins em presídios e nas FEBEMs, deixando assustada toda a população. Tais conflitos

são gerados por excesso de população carcerária, pela ociosidade dentro dos presídios, motivando o preso a passar o tempo sendo reeducado nas novas técnicas criminais.

Por todas estas razões, estamos propondo este projeto de lei para dar instrumentos ao Poder Executivo para que inclua a massa carcerária junto aos trabalhadores deste Estado e do País. São instrumentos de ressocialização, do preso, que está à margem da sociedade, evitando seu retorno ao mundo do crime.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2002.

POMPEO DE MATTOS
DEPUTADO FEDERAL
P D T